

Araripe Júnior: crítico e historiador da literatura brasileira

Luiz Roberto Velloso Cairo

RESUMO: 2011 foi o ano do centenário da morte de Tristão de Alencar Araripe Júnior, nascido em Fortaleza-CE. Juntamente com Sílvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916), eles são considerados os críticos literários brasileiros mais famosos do período que se estende de 1870 a 1916. Como os textos de Araripe Júnior costumam ser menos lidos do que os de seus contemporâneos, resolvi escrever sobre seus relevantes trabalhos de crítica e história literária brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Araripe Júnior, crítica literária, história literária brasileira.

ABSTRACT: 2011 was the death centenary of Tristão de Alencar Araripe Júnior, born in Fortaleza (CE). Along with Sílvio Romero (1851-1914) and José Veríssimo (1857-1916), he is considered to be one of the most famous Brazilian critics in the period 1870-1916. As Araripe Júnior's texts are less read than those of his contemporaries, I have decided to write this review of his relevant works in literary criticism and Brazilian literary history.

KEYWORDS: Araripe Júnior, literary criticism, Brazilian literary history.

Em outubro de 2011, ocorreu o centenário da morte de Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), crítico brasileiro, nascido em Fortaleza, capital da antiga Província do Ceará, razão por que aproveitei para reler sua obra crítica exemplar, que continua pouco estudada, principalmente se a compararmos com as de outros críticos, seus contemporâneos: Sílvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916), por exemplo. Numa tentativa de fazer circular algumas de suas ideias entre os leitores do século XXI, aproveito o espaço oportuno do Colóquio de Literatura Brasileira, “Entre o XIX e o XX: Caminhos da Modernidade”, organizado pelos colegas Jefferson Agostini Mello e Ricardo Souza de Carvalho, do Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da FFLCH da Universidade de São Paulo, para refletir sobre a curiosa proposta de história da literatura brasileira, que se configura nas entrelinhas e notas de rodapé de seus inúmeros ensaios críticos.

Tomando o momento romântico como marco para o estabelecimento da crítica literária brasileira e, conseqüentemente, da discussão em torno do nacionalismo literário, observa-se que, neste instante, começam a surgir os primeiros esforços no sentido de construir-se a história da literatura brasileira. Construção esta processada em etapas sistematizadas por Antonio Candido, na *Formação da literatura brasileira* (1971): inicialmente, o “bosquejo”, panorama geral buscando esboçar o passado literário; paralelamente, o “florilégio” ou “parnaso”, antologias reunindo os textos coletados; depois, os “panteões” e “galerias”, reuniões das biografias literárias e, concomitantemente, as edições e reedições dos textos rastreados, acompanhados de notas explicativas e informações biográficas.

Todo este processo realiza-se, portanto, na primeira metade, prolongando-se mais ou menos até o final da primeira década da segunda metade do século XIX:

Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto-Adet, Varnhagen. Na segunda etapa, as biografias em série ou isoladas de Pereira da Silva, Antonio Joaquim de Melo, Antonio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Varnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal, etc. Na terceira, os “cursos” de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história que Norberto não chegou a escrever.¹

1. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971, v. 2, p. 349.

Com a continuidade das pesquisas sobre o processo de constituição do corpus para a definição de cânones, tendo em vista a invenção da história da literatura brasileira, os críticos Maria Cecília Boechat e José Américo Miranda recuperam e editam, em 2001, no formato livro, pela FALE/UFMG, os capítulos publicados por Joaquim Norberto de Sousa e Silva, entre 1859 e 1862, na *Revista Popular*, de sua história da literatura brasileira inacabada, sob o título *Capítulos de História da literatura brasileira e outros estudos*;² Roberto Acízelo de Sousa, por sua vez, organiza e publica, em 2002, no Rio de Janeiro, pela EdUERJ, outra edição, intitulada *História da literatura brasileira e outros ensaios*;³ enquanto, paralelamente, Maria Eunice Moreira, em Porto Alegre, desiste de publicar outra edição desta mesma história que, havia algum tempo, vinha preparando, optando então pela publicação, em 2005, de *Crítica reunida (1852-1890)*, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, em colaboração com Roberto Acízelo de Sousa e José Américo Miranda, pela Nova Prova, de Porto Alegre.⁴ Ao fazerem circular estas edições no formato livro, Joaquim Norberto passa, de certa forma, a ser reconhecido como autor da primeira história da literatura brasileira.

No entanto, vale acrescentar que, em 2009, na UNICAMP, o jovem pesquisador Carlos Augusto de Melo reivindicou, em tese exemplar, o status de História da literatura brasileira tanto para o *Curso elementar de literatura nacional (1862)*, do Cônego Joaquim Fernandes Pinheiro (1825-1876),⁵ quanto para os cinco volumes do *Curso de literatura portuguesa e brasileira (1866-1873)*, do maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871),⁶ minando assim não só a ideia de uma terceira etapa pré-histórica, no Romantismo, cuja consolidação somente se veria concretizada por volta dos anos 80 do século XIX, em plena efervescência das ideias científicas dos críticos naturalistas brasileiros, conforme Antonio Candido estabelece em sua *Formação da literatura brasileira (1959)*, com a até então incontestável primazia da *História da literatura brasileira (1888)*, do apaixonado crítico naturalista sergipano Sílvio Romero.

2. MIRANDA, José Américo; BOECHAT, Maria Cecília. *Capítulos de História da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

3. SOUSA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

4. MIRANDA, José Américo; MOREIRA, Maria Eunice; SOUSA, Roberto Acízelo de. *Crítica reunida (1852-1890) de Joaquim Norberto de Sousa Silva*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

5. PINHEIRO, Joaquim Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. 2. ed. melh. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1983.

6. REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. 1ª. ed. 1873, 5 vols.

Convém não esquecer, porém, que a fundação do cânone da literatura brasileira se deve oficialmente ao crítico e historiador romântico Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), quando da publicação do *Florilégio da poesia brasileira* (1850-1853). Os críticos naturalistas, porém, cultivavam a ideia de história literária como pedestal, como culminância de seus projetos de crítica literária, ideia esta que se evidencia nas edições sucessivas e revistas da *História* de Sílvio Romero, em 1888 e 1901; da primeira edição da *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, em 1916, e, em 1919, da *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho (1893-1935),⁷ em cujo título ecoará a *História concisa da literatura brasileira* (1970), de Alfredo Bosi.⁸

O cânone da literatura brasileira, portanto, é fruto das discussões dos primeiros historiadores e críticos brasileiros que, após a independência política, em 1822, ocuparam-se com a construção de uma história do Brasil e a invenção de uma literatura que representasse a identidade da nação recém-surgida, seguindo assim as diretrizes de um projeto oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, com o apoio oficial do imperador dom Pedro II.

Estes críticos e historiadores, inspirados nas ideias românticas europeias, estabeleceram um cânone para a literatura brasileira, formado por autores e obras mais representativos do que entendiam por brasilidade, uma ideia geral do país baseada na necessidade de expressar características nacionais, diferenciando-se assim das origens das demais literaturas europeias, cujos cânones eram marcados, conforme a leitura pertinente de João Alexandre Barbosa, “por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes”⁹

É bom lembrar, ainda, que a literatura então era vista como parte da história geral, pois, não possuindo um estatuto próprio que a definisse e não gozando, portanto, de autonomia, enquanto ramo do conhecimento, estava sempre a serviço da história.

Nesta relação de dependência da literatura frente à história, restou à crítica literária a função de “indicar a relação de necessidade entre uma e outra”¹⁰; pois criticar era

7. CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 13. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cie., 1968.

8. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

9. BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 23.

10. Id. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990, p. 41.

“interpretar os produtos culturais em função de uma ideia geral do país que, por sua vez, está firmada na necessidade de conferir características peculiarmente nacionais àqueles produtos”.¹¹ Quando em 1888, sessenta e seis anos após a independência política, Sílvio Romero publicou em dois volumes sua *História da literatura brasileira*, o conceito de literatura aí encontrado é bastante abrangente, o que nos leva a pensar nesta história como uma verdadeira história da cultura e da civilização brasileira. Preso a um conceito amplo ditado pelos alemães, *literatura*, para Sílvio Romero, compreendia

todas as manifestações da inteligência de um povo: — política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letas, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!...¹²

José Veríssimo diferentemente publicou sua história, encarando a literatura como arte literária, de acordo com o modelo dos franceses. A escritura desta história foi concluída em 1912, tendo sido publicada, porém, em 1916, ano da morte do autor. Nela, registra-se um enxugamento do corpus decorrente do conceito de literatura aí expresso.

Literatura reduz-se então à arte literária, pois para ele:

Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem, é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo de infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinônimo de boas ou belas-letas, conforme a vernácula noção clássica. Nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero.¹³

11. Id., p. 63.

12. ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. v. I, p. 58.

13. VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 10.

Ainda neste mesmo texto, José Veríssimo lamenta que, na sua história, o paradigma esteja tão marcado por muitos nomes que poderiam ser omitidos pelo fato de pouco ou quase nada representarem. Procede, assim, a uma avaliação estética, ao mesmo tempo em que lança um desafio aos críticos e historiadores posteriores, ao propor que “uma seleção mais rigorosa é trabalho para o futuro”.¹⁴

Refletindo sobre o critério por ele mesmo adotado, que levava em conta, além do valor estético, a permanência da tradição literária no presente, registra:

A história da literatura brasileira é, no meu conceito, a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação. Como não cabem nela os nomes que não lograram viver além do seu tempo também não cabem nomes que por mais ilustres que regionalmente sejam não conseguiram, ultrapassando as raiais das suas províncias, fazerem-se nacionais. Este conceito presidiu à redação desta história, embora com a largueza que as condições peculiares à nossa evolução literária impunham.¹⁵

No entanto, constata com certo desalento que, na sua história da literatura, havia um número significativo de escritores mortos, observando assim que:

Por um mau patriotismo, sentimento funesto a toda a história, que necessariamente vicia, e também por vaidade de erudição, presumiram os nossos historiadores literários avultar e valorizar o seu assunto, ou o seu próprio conhecimento dele, com fartos róis de autores e obras, acompanhados de elogios desmarcados e impertinentes qualificativos. Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária têm faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-a de autores de todo mortos, alguns ao nascer.¹⁶

No processo histórico da história da literatura brasileira, durante muito tempo, percebe-se a permanência de um cânone literário marcado por um critério de cunho meramente

14. Id., p. 13.

15. Id., p. 13.

16. Id., p. 12.

quantitativo, cujo objetivo parece ter sido apenas afirmar a existência de uma herança literária nacional cumulativa.

A crítica literária brasileira infelizmente pouco registra do projeto de história da literatura pensado, mas não efetivado, de Tristão de Alencar Araripe Júnior. O projeto aparece explicitamente em textos como “Literatura brasileira”,¹⁷ na nota nº 3, ao ensaio “Gregório de Matos”,¹⁸ tendo sido pulverizado no conjunto de sua obra.

Sob o título “Literatura brasileira”, o ensaio foi publicado em 1887, em *A Semana*, tendo circulado, porém, em 1886, com o título “Ponto de vista para o estudo da literatura brasileira”, no periódico *A Vida Moderna*. É interessante observar que o sumário deste ensaio permite que se possa considerá-lo como uma eventual introdução à possível história da literatura brasileira que vinha sendo pensada por Araripe Júnior:

Ponto de vista para o estudo da história literária do Brasil. - 1. Os três fatores e as exagerações parciais de Taine, Otto Muller e Nisard. - 2. Todos nós exageramos o momento. Ação e razão. - 3. O verdadeiro método. A loba do sofisma. Material de estudo. Classificação. Questões abertas. - 4. O século XVI. Necessidade de limitar o assunto. - 5. O meio. Leis físicas e mentais, segundo H. T. Buckle. Sua aplicação ao Brasil. - Obnubilação do colono.¹⁹

Dele se depreendem os princípios teóricos que estariam por trás da concepção de sua história da literatura brasileira. Esta importaria, principalmente, no estudo concentrado, por parte do crítico, daquilo que fosse o Brasil. Do seu ponto de vista:

É fácil compreender que, tratando-se de escrever a história da literatura brasileira, dever-se-á tomar todas as cautelas contra a difusão das ideias. A primeira condição de êxito, portanto, repousa na concentração inteira da atenção do crítico no seu assunto, — o Brasil, isto é, na reunião do material histórico e na obtenção das sugestões de que esse material seja suscetível, por sua originalidade. Sem este processo preparatório, será impossível alcançar a mão do VIRGÍLIO nacional.²⁰

17. ARARIPE JÚNIOR, T. de A. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Direção de A. Coutinho. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1958, v. I, pp. 489-97.

18. Id., 1960, v. II, pp. 478-9.

19. Id., 1958, v. I, p. 491.

20. Id., p. 493.

No que se refere aos primeiros séculos de Brasil, Araripe Júnior considera fundamental o estudo de documentos encontrados no arquivo da história pátria, e não apenas dos “produtos literários conscientes”, conforme registrou:

O estudo dos documentos divide-se, naturalmente, em cinco seções: A) documentos relativos à *TERRA* do Brasil; B) documentos concernentes à invasão DA *TERRA*; C) documentos sobre a ação do homem e transformação DA *TERRA*; D) documentos atinentes ao *FOLCLORE*, tanto transoceânico como indígena; E) produtos literários conscientes encontrados no arquivo da história pátria.²¹

Além do fato de o texto literário ser considerado prova documental, depreende-se que a seleção dos textos deve ser feita pelo crítico a partir do que está institucionalizado, ou seja, o cânone a obedecer-se é o determinado pela tradição que se veio construindo.

Neste sentido, o cânone imaginado para os primeiros séculos de sua história da literatura brasileira incluiria textos literários e não literários, aproximando-se assim do caráter amplo de história da cultura e da civilização brasileira observado na *História*, de Sílvio Romero.

Tanto Sílvio Romero, quanto Araripe Júnior veem, portanto, a história literária como parte da história da civilização, mas isto era uma ideia corrente, inclusive no início do século xx, se nos lembrarmos de que Gustave Lanson, no ensaio “La méthode de l’histoire littéraire”, de 1910, escreve: *L’histoire littéraire est une partie de l’histoire de la civilization*.²²

No entanto, Araripe Júnior diverge de Sílvio Romero, ao propor que o crítico não se deve prender a um único método, pois a história dos séculos no Brasil difere, na medida em que são independentes.

Não obstante isto, devo acrescentar que o método adotado para explorar a história do século xvi no Brasil deve diferir em muito do que terá de ser aplicado ao estudo dos séculos seguintes. A razão é óbvia. Os séculos, no Brasil, são perfeitamente independentes. Só há dois períodos que se explicam, são os dois últimos. Quanto ao primeiro,

21. Id., p. 494.

22. LANSON, Gustave. *Éssais de méthode de critique et d’histoire littéraire* (Assemblés et présentés para Henri Peyre). Paris: Librairie Hachette, 1965, p. 33.

é evidente que, procedendo de fora o movimento, a sua história tem eixo no centro da metrópole. Neste caso, não se trata propriamente de história do Brasil, mas de Portugal, e como a nossa é uma história particular, — especial —, o que se conclui é que seremos obrigados a abandonar as influências gerais conhecidas, ou indicá-las apenas, para acompanhar o FATOR que, durante aquele tempo, mais concorreu para DAR COR à vida no Brasil. Já se vê, pois, que, durante o século XVI, pelo menos, pouco ou nada importam, sob o ponto de vista literário, as influências étnicas que só vêm a mostrar-se, de modo sensível, do século XVII por diante, em Gregório de Matos e outros.²³

Opondo-se a Sílvia Romero, Araripe Júnior enfatiza no estudo da história da literatura brasileira o fator meio, ao invés do fator raça, pelo menos no que diz respeito ao século XVI, e isto é expresso principalmente pela lei da *obnubilação brasílica*.

Esta lei, conforme se depreende de seus textos, consiste na transformação por que passa o indivíduo ao atravessar o oceano Atlântico e, posteriormente, adaptar-se ao meio físico e ao ambiente primitivo.

Com o objetivo de desenvolver a lei da *obnubilação brasílica* é que chegou a esboçar, na nota nº 3 ao ensaio “Gregório de Matos”, cuja primeira publicação ocorreu no *Jornal do Brasil*, durante os meses de fevereiro e março de 1893, um projeto interessante do que poderia vir a ser a sua história literária.

[...] Essa lei constitui o eixo dos meus trabalhos sobre o Brasil e é por essa tendência que me tenho afastado de outros críticos. Fortíssima nos dois primeiros séculos de nossa vida colonial, ela atenuou-se no terceiro e transformou-se no último.

No intuito de desenvolvê-la planejei uma série de perfis de que o de José de Alencar foi o primeiro, e o de Dirceu o segundo e a que se seguirão os de Anchieta, Bento Teixeira Pinto, Frei Vicente do Salvador, Gandavo, Cardim, Gabriel Soares, Padre Antonio Vieira, Ravasco, Rocha Pita, Eusébio de Matos, Durão, Basílio da Gama, os Inconfidentes, Magalhães, Gonçalves Dias, Porto Alegre e de outros vultos complementares da nossa literatura.²⁴

23. ARARIPE JÚNIOR, T. de A, op. cit., 1958, v. I, p. 494.

24. Id., 1960, v. II, p. 478.

Desse projeto, tem-se conhecimento dos dois primeiros perfis e do esquema bastante detalhado de um perfil de Anchieta, publicado num texto datado de 28 de junho de 1897, intitulado “Anchieta”:

1ª PARTE. - *MISTICISMO.*

- I - *A Alma de Loiola.* - Evolução do pensamento de Loiola. - Onde o gênio do mal? - Metodologistas. - Opiniões sobre a Companhia de Jesus, de Pascal e Augusto Comte.
- II - *Nas mãos dos Padres.* - Como, por que e para que os jesuítas fabricavam anjos. - Gênese de um poeta. - Misticismo infantil de Anchieta. - O Canário.
- III - *Tristeza segundo Deus.* A doença do Santíssimo Sacramento. Culto de Anchieta pela humanidade de Deus e sua adoração por Maria. - Hipnose claustral.
- IV - *No Oceano.* - Queda psíquica. - Assunção. - Anchieta restabelecido. - Devaneio celestial. - Influência do mar. - Visão do Novo Mundo.

2ª PARTE. - *OBNUBILAÇÃO*

- I - *S. Vicente. Piratininga.* - O novo Adão, na frase do Padre Vieira. - Os jesuítas no Brasil. - Missões no Paraguai. - A barraquinha de caniços. - Impressões da *terra*. - O colégio de São Paulo. - Processos hipnóticos de Anchieta na catequese dos índios. - Pedagogia angélica. - Festas, folguedos, autos, farsas, diálogos, sermões. - Estética anchietana. - O sermão de São Paulo.
- II - *Na Floresta.* - Refém dos Tamoios. - O gênio da guerra selvagem. - O taumaturgo. - Mitologia tupi. - Anchieta em comunhão com a *terra*. - Como o catequista põe a seu serviço a feitiçaria indígena. - *Versus* pajé.
- III - *Exteriorização da Força do Catequista.* - Fenômenos miraculares. - Hipnose. - Levitação. - Telepatia. - Poder de Anchieta sobre os homens, sobre as feras, sobre a flora. - Realização do mito de Orfeu. - O segredo da sua organização moral. - O Poema da Virgem.

3ª PARTE - *NATURALISMO*

- I - *O Teólogo.* - 1564 a 1566.
- II - *O Administrador.* - 1567 a 1587.
- III - Últimos Dias de Um Pensador e Filósofo.
- IV - *Transformação do Místico no Profundo Conhecedor das Leis Naturais.*²⁵

25. Id., 1963, v. III, pp. 237-8.

Nesse texto, Araripe Júnior adverte os leitores de que esse perfil deveria aparecer como “oposição natural” a Gregório de Matos. O texto, no entanto, parece nunca ter sido escrito. No conjunto da obra, localizei sobre José de Anchieta, além desse texto em que se encontra esse esboço, um outro, intitulado “Anchieta. A doença eucarística do Noviço José”,²⁶ publicado, postumamente, em 1913, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o qual nem de longe dá conta do que planejava.

O que considero instigante, no projeto de perfis literários, é uma ou outra tentativa que daí se depreende de uma história da literatura brasileira que se escreveria a partir do estudo de determinados autores, de determinadas obras, apresentados através de recortes sincrônicos, na medida em que não há uma sequência cronológica entre um autor e outro, rompendo, deste modo, com a preocupação diacrônica, muito presente nas histórias literárias da época. Nisto, não estou sozinho, pois Pedro Paulo Montenegro, ao escrever sobre a teoria literária na obra crítica de Araripe Júnior, também percebeu e chamou a atenção do leitor para o projeto de história da literatura brasileira do crítico cearense:

Partindo daí e coerente com sua tendência para os processos genéticos, com influências do biologismo e do biografismo literários dominantes na época, Araripe Júnior planeja a elaboração dos “Perfis Literários”, objetivando o panorama da história e da literatura do Brasil.²⁷

Assim é que Araripe Júnior escreve o perfil literário de José de Alencar, em seguida o de Dirceu, o de Gregório de Matos, tendo já concluído o ensaio sobre Raul Pompeia que, embora não conste no projeto, é um perfil literário, sem que haja nenhuma preocupação com a cronologia.

A esses perfis, convém arrolar alguns textos, espalhados ao longo de sua obra, em que ele enfoca autores como: Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Cruz e Sousa, Machado de Assis, Adolfo Caminha, Inglês de Sousa, os quais poderiam também constituir capítulos desta história.

Araripe Júnior acaba fazendo então uma seleção de autores que reflete um critério qualitativo e não apenas quantitativo, como era de praxe no Brasil daquele momen-

26. Id., 1970, v. v, pp. 269-81.

27. MONTENEGRO, P. P. *A teoria literária na Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974, p. 101.

to. Por outro lado, a sua seleção não rompe, efetivamente, com o cânone da história da literatura brasileira, proposto por Sílvio Romero, que, infelizmente, tem sido repetido nas várias histórias literárias aqui escritas. No entanto, é bom dizer que, em relação à ruptura do cânone, José Veríssimo manifestou-se, com bastante lucidez, ao afirmar que: “A história da literatura brasileira é, no meu conceito, a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação”.²⁸

Desta forma, não vejo como um problema o fato de, tanto em José Veríssimo quanto em Araripe Júnior, aparecer quase inalterado o cânone de Sílvio Romero; a falha está naqueles que, em épocas posteriores, repetiram um cânone que não “sobrevive na nossa memória coletiva de nação”. José Veríssimo tinha consciência da flexibilidade do cânone. Araripe Júnior percebeu que o crítico não poderia fixar-se num único método para o estudo dos documentos que constituíam o cânone da história da literatura nos primeiros séculos, uma vez que a história dos séculos no Brasil diferia, sendo conseqüentemente independentes.

No projeto de Araripe Júnior, o que me impressiona, portanto, é a existência de dois projetos de história: o projeto comum a sua época de uma história geral do Brasil, e um outro projeto que se foi construindo sincrônica e paralelamente a sua obra crítica. Guardadas as devidas proporções, uma história próxima às pensadas principalmente pelos saudosos João Alexandre Barbosa e Haroldo de Campos. Como observou muito bem o primeiro, a postura sincrônica realiza-se em inúmeros ensaios de críticos brasileiros, não tendo sido, porém, incorporada por nenhuma história da literatura brasileira, o que parece constituir o traço de nossa tradição crítica, em que Araripe Júnior se insere.

Luiz Roberto Cairo é doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Professor aposentado de Literatura Brasileira e Literatura Comparada nos Cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESP. Pesquisador do CNPq. Autor de *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura* (Annablume, 1996), e de artigos e ensaios de crítica e história literária publicados em coletâneas e periódicos nacionais e estrangeiros.

28. VERÍSSIMO, José, op. cit., p. 13.